

Introdução às Contribuições Marxistas para a Historiografia da Economia e Finanças da República Romana: Breve Balanço e Novas Possibilidades

Ian Cartaxo¹

Resumo

O presente artigo tem por finalidade apresentar considerações introdutórias sobre como o marxismo pode contribuir em análises sobre as relações econômicas e financeiras na Roma Antiga. Nosso objetivo é o de demonstrar ao leitor desconhecedor dos debates concernentes ao marxismo — e que tenha interesse em se aprofundar no assunto — como os historiadores da Antiguidade Romana, que fazem uso desse aparato teórico e metodológico, procuraram, e procuram, mobilizar as categorias existentes no Materialismo Histórico Dialético para pensar as relações sociais naquela formação social. Além de demonstrar uma possível aplicação de categorias provenientes desse pensamento para examinar as relações financeiras no Mediterrâneo Antigo.

Palavras-chave: Marxismo; Economia Romana; Ideologia; Dominação.

Introdução

Por algum motivo — que nós não sabemos justificar — os historiadores marxistas não dedicaram tanta prioridade às formulações sobre as relações financeiras no Mediterrâneo Antigo, sobretudo em comparação aos outros recortes historiográficos.² Quando discutimos História Econômica de forma mais generalizada encontramos alguns importantes trabalhos, mas, quando

¹ iancartaxo@usp.br. Data de submissão: 2 dez. 2024.

² O que torna nossa empreitada ainda mais desafiadora, visto que, já em 1981, Ste. Croix havia notado o mesmo (De Ste. Croix, 1981, p. 22). Andrea Giardina constatou essa estagnação de produções ao fazer um balanço da situação da historiografia a partir dos anos 1980 (Giardina, 2008, p. 21).

entramos na seara das relações financeiras e sua função social (ou funções sociais), constatamos uma quantidade reduzida de trabalhos.

No caso, entendemos que parte do nosso esforço em procurar renovar as discussões sobre este tema também está relacionado à ideia de proporcionar uma nova rodada de debates para os marxistas se debruçarem. Portanto, procuramos fazer um estudo sobre algumas contribuições de marxistas sobre Economia Romana, para resgatar antigas discussões e promover novos problemas a serem debatidos por atuais e futuros pesquisadores interessados em se aprofundar no tema.

Porém, é fundamental reforçar que esse trabalho é de introdução. E, por definição da proposta e por limitações autoimpostas e próprias do gênero textual de artigo, determinados eixos e pontos serão mais abrangentes e menos desenvolvidos do que se gostaria. O caráter “geral” desse trabalho pretende incutir nos colegas discentes e docentes o interesse em promover debates sobre a presença do pensamento marxista na historiografia da Antiguidade, com a insistência nossa por uma renovação das pesquisas. Porém, o caráter introdutório e de apresentação do tema que possui esse trabalho não justifica qualquer empobrecimento teórico, metodológico e/ou de análise por parte do autor, portanto, toda crítica construtiva fomentada a partir do que foi desenvolvido nesse artigo será bem-vinda e utilizada no processo de amadurecimento das formulações que se quis apresentar aqui.

Ao longo desse trabalho iremos apresentar a crítica marxista ao racionalismo econômico proveniente de historiadores tanto com influências do pensamento neoclássico quanto weberiano. Recorreremos às formulações do antropólogo francês Maurice Godelier para a discussão da “racionalidade burguesa” e sua relativização — e não universalização. Também procuraremos dialogar com algumas contribuições de José Knust sobre o tema, ao apresentar seus argumentos para a crítica ao pensamento liberal neste campo da historiografia, em correlação, utilizaremos as obras de Aldo Schiavone e Kostas Vlassopoulos para fundamentar nossa argumentação.

Em sequência, iremos apresentar as bases metodológicas do pensamento marxista — como formulado por Karl Marx e Friederich Engels — para se pensar o desenrolar do processo histórico e, por conseguinte, descreveremos as formulações de Pierre Vilar, Ciro Cardoso, Caio Prado Júnior, Geoffrey de Ste. Croix, e outros, para a Teoria da História, em particular em “como se fazer” uma História Econômica a partir de categorias marxistas. Ao apresentar estas

contribuições procuraremos fazer uma breve explanação acerca dos conceitos que mobilizamos — e suas justificativas —, em particular “dominação”, “coerção” (violência) e “ideologia”.

Por fim, procuraremos demonstrar uma forma de aplicação dessas categorias ao examinar a maneira com que as relações financeiras foram utilizadas para a construção da ordem social vigente no final da República Romana. Para tal, analisaremos as epístolas de Cícero durante seu comando na província romana da Cilícia entre 51 e 50 AEC, especificamente, sobre seu relato acerca dos credores da cidade de Salamina, no Chipre, e sua relação com um destacado membro da Ordem Senatorial. Assim como apresentaremos a fundamentação da ideologia dominante formulada por ele para legitimar a dominação exercida pelos romanos no Mediterrâneo Antigo, como presentes nos tratados *De Officiis* e *De Re Publica*.

A crítica marxista ao “racionalismo” e sua universalização em história

Para Maurice Godelier, a busca pela “racionalidade” das relações econômicas em uma formação social que se esteja investigando tem a seguinte função:

(...) a questão da “racionalidade” de um sistema significa primordialmente a questão da 'necessidade histórica' de sua existência — em outras palavras, para pensar essa questão é preciso construir a teoria das condições para o surgimento e desenvolvimento do sistema (...). (Godelier, 1972, p. viii) (tradução nossa).

Construir uma ideia de racionalidade, portanto, exige que se parta de uma pré-concepção do que é, assim, racional. O problema é que essa pré-concepção do que seria racional está fundamentada em um lugar-comum ideológico, ainda que de forma heterogênea.

Essa heterogeneidade é conceituada por Godelier ao apresentar duas correntes de pensamento presentes no que ele chama de “antropologia econômica”: os *formalistas* — ou marginalistas — e os *substantivistas* — ou primitivistas. O antropólogo define a base do pensamento “formalista” como: “Para os primeiros [formalistas], que seguem Lionel Robbins e Samuelson e, portanto, estão ligados à maioria conservadora dos economistas dos países

capitalistas, a economia estuda somente as formas de comportamento dos indivíduos que buscam maximizar suas satisfações.” (Godelier, 1972, p. xv) (tradução nossa). Já os “substantivistas”:

(...) seguindo Karl Polanyi, a economia lida com relações sociais ligadas à produção de meios materiais de existência, relações sociais das quais a economia capitalista de mercadorias é somente um exemplo, entre outros. Essa definição reproduz aquela dada pelos economistas clássicos e se opõe à definição dos marginalistas, mas é a que, na realidade, todos os economistas aplicam em sua prática. (Godelier, 1972, p. xv) (tradução nossa).

Portanto, Godelier chega à conclusão de que, tanto os marginalistas quanto os substantivistas “estão em comum acordo sobre as definições essenciais da economia política não marxista, no que diz respeito aos conceitos de valor, salários, lucro, preço, etc.” (Godelier, 1972, xvi) (tradução nossa). Isso posto, acabamos por retornar ao ponto do papel da “racionalidade”, ou sua busca:

A questão da “racionalidade” do sistema econômico e social é, portanto, ao mesmo tempo, a questão crítica da “racionalidade” das várias teorias apresentadas pelas ciências humanas, juntamente com as formas de ação e os objetivos dos grupos sociais que representam os diferentes sistemas econômicos e sociais que se confrontam no cenário da história. (Godelier, 1972, xlii) (tradução nossa).

Assim: “Qualquer análise do comportamento econômico racional deve levar ao contraste de diferentes sistemas econômicos e das várias doutrinas que pretendem explicar os mecanismos e potencialidades desses sistemas.” (Godelier, 1972, p. 11) (tradução nossa). Essa linha de argumentação de Godelier tornará a aparecer na posição de José Knust em sua crítica da busca pela “racionalidade” da organização social que se procura analisar na Antiguidade. Ao fazer um balanço das contribuições de Moses Finley para esse debate, Knust observa que: “A partir de sua obra, muito se discutiu o quanto os investimentos de recursos pelos antigos, especialmente da elite proprietária de terras, refletiam de fato uma verdadeira racionalidade econômica.” (Knust, 2016, p. 215).

Todavia, Knust pondera que, desde a década de 1990, com o advento da globalização e o fim da Guerra Fria com o golpe na União Soviética e nos países socialistas do Leste Europeu, começa a ascender um ressurgimento do modernismo. Isso teria ocorrido em comum acordo sobre a ideia de “racionalidade” que estes defendiam, segundo a qual:

(...) a existência de um comportamento racional-mercantil na Roma Antiga, tem sido a afirmação de que a diferença entre o comportamento racional capitalista e o comportamento racional na Antiguidade reside em limites estruturais impostos ao desenvolvimento do mercado na Antiguidade, e não na inexistência completa de um comportamento econômico racional. Teríamos, portanto, entre as economias antiga e moderna uma diferença muito mais quantitativa do que qualitativa. (...) todos os autores que defendem esta hipótese, não por acaso, partem de um mesmo tipo de abordagem, fundamentalmente racional-utilitarista, e tributária em especial da concepção marginalista de racionalidade econômica. (Knust, 2016, p. 216–217).

Ao criticar essas concepções, Knust constata que:

Para os economistas neoclássicos (...) o que determina o comportamento dos agentes, salvo certos impedimentos determinados por comportamentos irracionais (e, portanto, aleatórios, inexplicáveis), é a busca por maximização da satisfação de utilidades a partir de seus recursos escassos. Seguindo esta linha, a explicação do comportamento humano deve ser buscada em uma teoria da escolha racional, sendo isto possível a partir da construção de modelos matemáticos que demonstrem as escolhas que maximizam utilidades dada uma determinada situação qualquer. (...) Sendo assim, o conceito neoclássico de racionalidade é essencialmente anacronizante. (...) o conceito neoclássico de racionalidade nos impede de entender as singularidades do passado ao mesmo tempo em que nega a historicidade do presente, pois o naturaliza. (Knust, 2016, p. 226–227)

Para nós esse é o ponto central do problema. É a partir desta ideia de “racionalidade” que se procurou, a partir desses teóricos, “naturalizar” ou “banalizar” — no sentido da lógica daquilo que é pautado por leis naturais e não ontológico-sociais³ (Lukács, 2013, p. 325) — o próprio capitalismo⁴. Tal é o problema fundamental do pensamento liberal-burguês, em sua manifestação particular do neoclássico⁵: “o marginalismo naturaliza os conteúdos dos objetivos capitalistas e a configuração social da sociedade de mercado para realizar suas análises, acreditando que tais são

³ Logo, aquelas construídas a partir das relações sociais, ao longo do tempo (Coutinho, 1989, p. 54).

⁴ O cuidado que o historiador deve ter para não cair nesse tipo de armadilha teórica, de submeter sua capacidade analítica à função de legitimar a teoria que este faz uso, foi recomendado por Pierre Vilar: “A recomendação dialética de Marx (...). Consiste em praticar análise, sem esquecer que a síntese do todo nunca será a simples soma das partes analisadas, em praticar a abstração, em utilizar a “teoria”, até mesmo o esquema, mas sem nunca esquecer que o real é complexo (...).” (Vilar, 1982, p. 192).

⁵ Independente se for definido como pensamento formalista, marginalista, neoinstitucionalista ou quaisquer nomes que leve, pois, para nós, sua funcionalidade e pressupostos fazem com que estes nomes mais pareçam sinônimos do que algo distinto.

imanentes à natureza humana.” (Knust, 2016, p. 227). Posteriormente, ao examinar os impactos do neoinstitucionalismo nos estudos sobre a Economia Grega, Kostas Vlassopoulos constatou a proeminência nos trabalhos atuais na historiografia com um caráter eminentemente funcionalista e teleológico (Vlassopoulos, 2018, p. 221 - 222), o que vai ao encontro do observado por Knust.

Nós concordamos, portanto, com a argumentação de Pierre Vilar ao analisar esse princípio “universalizante” na História:

E, se as “leis” econômicas conhecidas pelos clássicos não são universais nem no espaço nem no tempo, isso deve-se ao facto de vigorarem dentro de um contexto — técnico, institucional, psicológico — suficientemente estável, é certo, para formar uma “estrutura”, mas *de modo nenhum eterno*. (Vilar, 1982, p. 221).

Por fim, ao analisar aquilo que Jean Andreau chamou de “primeira fase” da controvérsia entre “modernistas” (formalistas) e “primitivistas” (substantivistas) (Andreau, 2015, p. 7), Knust a sintetizou nos seguintes termos:

O elemento central destes debates entre primitivistas e modernistas (...) é a contraposição entre o presente capitalista e o passado que se pretende construir. Identificar nossa realidade econômica como o ponto mais avançado de uma linha evolutiva ou como um aspecto imutável da natureza humana (...). (Knust, 2012, p. 19).

Em nossa visão, porém — e conforme a posição de Godelier — essa crítica também é transponível para outros momentos da controvérsia. Por esse motivo entendemos que ela foi uma manifestação de divergências particulares à forma burguesa de se pensar a realidade material. E, por serem expressões dessa ideologia, reproduzem suas contradições e princípios em momentos distintos.

Isto não significa que não achemos relevante utilizar formulações daqueles historiadores não-marxistas e liberais que temos acordo, muito pelo contrário. Uma multiplicidade de produções valiosas destes grupos diversos são muito úteis para nós, sobretudo de maneira a propor novas questões e problemas em nosso campo historiográfico e em nosso tema de pesquisa⁶. Assim sendo, negar o valor destes trabalhos seria contraproducente.

⁶ Inclusive ao se considerar a ausência de variedade de trabalhos especializados em nosso tema de trabalho. Portanto, fechar os olhos para o pouco que temos representaria fazer um debate cada vez mais solitário, logo, infrutífero.

Isso posto, porém, qual o sentido da racionalidade econômica apresentada nas fontes antigas, sobretudo em nosso tema (relações econômico-financeiras na Roma Antiga)? Essa é a pergunta de um milhão de respostas, o problema é que, para nós, a premissa do questionamento é equivocada. No caso, essa pergunta é uma espécie de *leitmotiv* para os formuladores dos paradigmas modernista e primitivista, todavia, nosso objetivo aqui não é o de simplesmente sugerir que ambos paradigmas apresentaram soluções equivocadas e o pensamento marxista possui a resposta definidora dessa pergunta.

Para nós, “o sentido” é construído em um processo em transformação, ele não está simplesmente nas fontes esperando ser descoberto pela historiografia. Nesse sentido, e para parte significativa dos historiadores, os maiores culpados dessa dificuldade seriam os próprios documentos, uma saída fácil para um problema complexo, como observou Aldo Schiavone:

A explicação mais comum, que circulou largamente e que, de maneiras diversas, continua a ser proposta, remete às justificativas e ao ceticismo de um positivismo já datado, mas que ainda respira. Atribuem-se as dificuldades quase que exclusivamente à falta ou às lacunas das fontes à nossa disposição, que, no tocante às questões econômicas, ofereciam um quadro de informações tão incompleto que tornaria impossível qualquer investigação realmente exaustiva. Se nós, modernos, sabemos pouco, a culpa seria apenas da documentação antiga. (Schiavone, 2005, p. 56).

Em contraposição, Schiavone chegou à conclusão de que “A economia do mundo greco-romano pareceu, por muito tempo, e ainda continua a parecer, como um continente oculto, porque já era assim — como algo nebuloso e opaco — que se apresentava (ou melhor, desaparecia) aos olhos dos antigos.” (Schiavone, 2005, p. 61). Ele possui essa visão, pois compreende que a assunção da economia enquanto elemento preponderante nas relações sociais seria uma consequência do desenvolvimento das relações de produção capitalista (Schiavone, 2005, p. 57; 59; 60 e 61).

Por outro lado, a complexidade de se pesquisar as relações Econômico-Sociais na Antiguidade exige criatividade do historiador, já que “não existe um único modo de apresentar uma história econômica” (Schiavone, 2005, p. 71). Pois, existia na Antiguidade o que se entende

na intelectualidade atual como relações econômicas, e casos são definitivamente discerníveis na documentação — nós demonstraremos isso na parte final deste artigo — mas:

O estudo das economias antigas é a pesquisa de uma forma oculta e fugaz. (...) Deve-se, portanto, buscar uma realidade multiforme e oculta: nexos, proporções, relações que os antigos elaboraram e viviam, e dos quais deixaram rastros, mas que eram em grande parte inconscientes. É como penetrar em um estrato mais distante e secreto de sua história. (Schiavone, 2005, p. 70 - 71).

Assim:

Seria de fato arbitrário e forçado ser referir de modo rigoroso a uma “economia” romana. Se continuamos a fazê-lo, é somente por uma convenção lexical, uma vez que está claro que a palavra economia tem, neste caso, um significado bem diverso daquele moderno, para nós familiar, e serve apenas para identificar um sistema de conexões entre planos distintos e uma rede intrinsecamente multiforme de problemas e eventos. (Schiavone, 2005, p. 72 - 73).

Portanto, transforma-se a problemática sobre o sentido da racionalidade econômica. E, em comunhão pelo defendido por Schiavone acima, surge uma nova possibilidade, apresentada por Vlassopoulos como uma “nova metanarrativa”, essa sendo processual, fundamentada em enlaçamentos históricos entre diferentes processos e suas ramificações no tempo e no espaço (Vlassopoulos, 2018, p. 227), ou seja, baseada em processos em transformação:

No que diz respeito à unidade de análise, Horden e Purcell salientaram como o nexo entre a microdiversidade e a conectividade mediterrâneas desencadeou processos de diversificação, armazenamento e redistribuição. Estes processos assumem várias formas: cabotagem, (...) imigração, escravatura. Mas, em todos os casos, estes processos ultrapassam as fronteiras das comunidades e políticas individuais. Como consequência, precisamos abandonar o isomorfismo entre a política, a economia, a sociedade e a cultura de cada comunidade individual; os limites dos diferentes processos não são idênticos. Igualmente importante é a questão do poder; embora os processos de diversificação, armazenamento e redistribuição comecem de baixo, eles são inerentemente passíveis de serem assumidos, estendidos, canibalizados ou transformados por aqueles com poder para seus próprios objetivos e propósitos. É dentro dessa estrutura que precisamos situar os mercados, a tecnologia, a monetização, o trabalho assalariado e a escravidão, bem como os fatores culturais, sociais e políticos que moldaram as microecologias e conectividades mediterrâneas e que, por sua vez, foram moldados por elas. (Vlassopoulos, 2018, p. 227) (tradução nossa).

Com essas questões estabelecidas, teceremos considerações sobre a forma com que procuramos mobilizar o pensamento marxista na historiografia da economia romana. É importante reforçar que é a “nossa” forma de mobilizar o pensamento marxista, pois o pensamento marxista não é de forma alguma homogêneo e monolítico. Ele é diverso, controverso, divergente, criativo e transformador, por definição de ser, e, conforme observou Dermeval Saviani ao mencionar o trabalho de Álvaro Vieira Pinto: “(...) *pensar dialeticamente não é apenas pensar as contradições, mas é pensar por contradição*. Essa é a forma de pensar de Marx. Essa é a exigência do método de Marx, o método dialético.” (Saviani, 2013, p. 194) (grifos nossos).

Assim, não é interessante que aqueles que pretendam ser futuros historiadores marxistas somente reproduzam mecanicamente determinadas categorias de análise, ou as formulações antigas — embora relevantes para discussão — e se restrinjam à função de continuadores do pensamento. Isso não é interessante justamente pelo caráter objetivamente inventivo inerente ao pensamento que se pretende formular e, quando voltado ao ofício do historiador, exige-se, sobretudo, criatividade, invenção e ousadia. O papel das controvérsias, discussões, divergências e formulações é o de contribuir em nossas formações enquanto analistas e redatores da história, e, o ato de fazê-la, precisa estar em constante transformação, tal qual o pensamento marxista.

Formulações para uma historiografia marxista da economia romana

Julgamos relevante que o marxista, em seu esforço de aplicar o pensamento e o manancial teórico provenientes do marxismo ao seu ofício de historiador, precise compreender a função da “teoria” na construção de novas formulações. Em linhas gerais, o conhecimento científico “se constitui de ‘teorias’ que ‘dão conta’ dos fatos concretos considerados, no sentido de os ‘explicarem’ e fazerem possível a sua previsão (...)” (Prado Júnior, 1955, p. 16–17). Porém, é um erro julgar necessário procurar aplicar “mecanicamente” categorias de pensamento e fundamentações constituintes da teoria para comprovar a validação do pensamento marxista na

Academia, ou para legitimar o historiador marxista enquanto marxista, propriamente dito⁷. Contrariamente a essa premissa, a nossa formulação se dá por meio de um processo de “inferência” dos fatos examinados. Tal processo, resumidamente, é um raciocínio construído pelo historiador marxista “que partindo da ‘teoria’ em questão, alcancem os fatos que ela explica.” (Prado Júnior, 1955, p. 17).

A teoria também não se limita a uma “lógica indutiva” (Prado Júnior, 1955, p. 20), a qual entende “que as teorias científicas se encontram de antemão e previamente a quaisquer operações de elaboração mental, implícitas aos fatos e neles configuradas, bastando-nos interrogá-los convenientemente para que revelem o seu segredo, e que vem a ser ‘a teoria que os explica’.” (Prado Júnior, 1955, p. 20). Ou seja, ao mesmo tempo que é inadequado ao historiador — que pretenda aplicar o pensamento marxista — transpor mecanicamente categorias para diversas temporalidades para comprovar a validade do marxismo, este também não deve incorrer no “equívoco empirista” (Prado Júnior, 1955, p. 18–19) de que a fundamentação teórica se deriva da análise dos fatos, como se ela já estivesse presente previamente nos próprios documentos à espera de ser descoberta (Prado Júnior, 1955, p. 23). Na realidade, a base de conhecimentos, a qual se constrói uma teoria, consiste em um manancial de formulações já consolidadas ao longo dos anos:

Na realidade, o pensamento científico, depois de considerar devidamente os fatos, configura como que fora deles, uma possível explicação que depois, só depois, vai verificar. Há como que um salto, um hiato naquele pensamento ao passar da consideração direta dos fatos para a teoria com que se pretende explicá-los. ‘Essa teoria, inicialmente simples hipótese a ser verificada, é buscada no arsenal ideológico preexistente em que se procuram enquadrar os novos fatos considerados, modificando e reajustando as teorias admitidas.’ (...) o que a generalidade do processo de elaboração científica evidencia é que as hipóteses que vão sendo sugeridas como “projetos” de teoria, não estão logicamente contidas na simples consideração dos fatos observados (...). (Prado Júnior, 1955, p. 20–21) (grifos nossos).

Todavia, independentemente dos pressupostos teórico-metodológicos que os marxistas procurem abordar — já que o marxismo não é de forma alguma homogêneo — é importante se considerar um famoso comentário de Karl Marx sobre a História. Em *Contribuições à Crítica da Economia Política*, Marx define, basicamente, como entender as transformações das relações sociais ao longo do tempo:

⁷ Em linguagem coloquial, como se estivesse ‘batendo ponto’ para validar seu pertencimento enquanto marxista aos seus pares.

A sociedade burguesa é a organização histórica da produção mais desenvolvida, mais diferenciada. (...) A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco. O que nas espécies animais inferiores indica uma forma superior, não pode, ao contrário, ser compreendida senão quando se conhece a forma superior. A economia burguesa fornece a chave da economia antiga, etc. Porém, não conforme o método dos economistas, que fazem desaparecer todas as diferenças históricas e vêem a forma burguesa em todas as formas de sociedade. (Marx, 2008, p. 264).

Ou seja, compreende-se a existência de continuidades e rupturas ao longo da História. Em última instância, esta expressão pode ser interpretada como o ponto de partida para entender como “o marxista” costuma pensar as transformações sociais no curso do tempo e do espaço. Pois, a partir de Marx, a análise do processo histórico é gerada por meio de duas diretivas metodológicas: a primeira compreende a demarcação dos elementos subjetivos — ações humanas — e objetivos — fatos e tendências não explicados somente pela ação humana — e, a segunda, procura formular a análise teórica mediante diversos níveis de generalização e abstração (Topolski, 2022, p. 282). Dessa forma, no seio do pensamento marxista, compreende-se um sentido ontológico à história:

A história na tradição marxiana, para além do sentido indelével que emprega na análise das constituições sociais humanas, abarca um novo sentido que constrói de forma dialética a categoria histórica da constituição do método materialista histórico-dialético. Desta maneira a história é fundamental para este referencial não só por municiar e ser objeto da análise das contradições, mas também por ganhar um fim, no sentido ontológico do termo. (Pacífico, 2019, p. 227).

Assim, ao abordarmos as relações de continuidade e ruptura ao longo da história, o foco da nossa análise seria este segundo eixo em que o foco se dá a partir da periodização dos processos históricos. Para Jerzy Topolski, Marx teria dividido este fator em 3 momentos:

O primeiro, mais global, refere-se ao processo da história como um todo (...) O segundo nível também se refere à totalidade da história humana, mas o mecanismo de mudança mostrado nele é mais amplo. Isso porque, nesse nível, a referência não é feita ao processo da história como um todo, mas ao processo da história visto à luz de modos de produção e formações socioeconômicas mutáveis e qualitativamente diferentes. Por fim,

o terceiro nível de generalidade diz respeito aos vários modos de produção e formações socioeconômicas, sendo que as teorias desses modos de produção e/ou formações socioeconômicas foram elaboradas por Marx com diferentes graus de concretização. (Topolski, 2022, p. 283) (tradução nossa).

Porém, o foco no ponto de causalidade dos fatos históricos não é o único de Marx para se pensar as relações sociais ao longo do tempo. Outro eixo fundamental do pensamento marxiano compreende o objetivo de explicar as ações humanas e, para Topolski, a inovação metodológica de Marx deve ser considerada nos seguintes termos:

Ao explicar as ações humanas por meio da reconstrução das estruturas motivacionais dos agentes, Marx se referiu à consciência deles. Em sua explicação, ele apontou para o fato de que as ações humanas são determinadas pelas estruturas da consciência; ele não afirmou, entretanto, que os resultados das ações também são determinados dessa forma. Os homens fazem sua própria história, mas não o fazem, como afirmou Marx, de maneira arbitrária. (...) Em primeiro lugar, os homens têm de agir sob condições recebidas, que existem objetivamente e não são escolhidas por eles, e, em segundo lugar, o resultado da ação depende não somente das intenções subjetivas de um determinado homem, mas também das ações de outros. (...) O modo de explicação das ações humanas por Marx deve ser tratado como sua contribuição original à metodologia da explicação. (Topolski, 2022, p. 292) (tradução nossa).

E este prossegue ao defender que, ao combinar uma análise dos eixos subjetivos e objetivos supracitados, além das abstrações provenientes das formulações teóricas, Marx não teria incorrido em um determinismo econômico, já que:

Ele não concluiu suas explicações limitando-se à análise causal do aspecto objetivo do processo da história, mas procurou as ações humanas guiadas pela consciência humana (especialmente as ações das classes sociais) como “fatores”, “forças”, “tendências”, etc. É evidente que, para viver e agir, os seres humanos devem estabelecer objetivos e/ou metas cuja realização lhes permita satisfazer suas necessidades materiais, mas isso não quer dizer que esses elementos dominem constante e necessariamente as estruturas motivacionais de suas ações. Esses elementos são fundamentais somente quando vistos na perspectiva do processo da história como um todo ou, pelo menos, de uma seção mais longa desse processo. (Topolski, 2022, p. 298) (tradução nossa).

Assim, a complexidade do pensamento marxista, como desenvolvido por Marx e Engels, une tanto um estudo das relações sociais — suas causas e efeitos — quanto uma formulação de caráter estrutural das tendências comuns que orientariam as formações sociais que se procura examinar. Sobre esse fator, Engels procurou delimitar em *A Origem da Família, da Propriedade*

Privada e do Estado, de 1884, uma espécie de desenvolvimento das relações produtivas que, por sua vez, determina como as formações sociais estariam organizadas (Ferro, 2003, p. 163–164): “As instituições sociais sob as quais vivem os homens de uma época histórica definida e de um país definido são determinadas por ambos os tipos de produção: pelo estágio de desenvolvimento do trabalho, por um lado, e da família, por outro.” (Engels, 2010, p. 132) (tradução nossa).

A partir dessa compreensão, julgamos relevante observar como mobilizamos o método do materialismo histórico dialético. O método é vivo e continuamente aperfeiçoado, nossa intenção aqui não é a de apresentar uma forma acabada de algo que por definição vive em transformação, mas, sim, apresentar ao leitor uma compreensão nítida da forma com a qual nós nos inserimos no pensamento marxista⁸. Ao definir o materialismo histórico dialético, Mara Cristine Vitorino da Silva e João Carlos da Silva consideraram que:

O modo pelo qual a produção material de uma sociedade é realizada, constitui o fator determinante da organização política e das representações intelectuais de uma época. Os principais significados filosóficos da concepção materialista da história são: negação da autonomia das ideias na vida social, afirmação do compromisso metodológico com a pesquisa historiográfica concreta — em oposição à reflexão abstrata —, centralidade da práxis humana na produção e reprodução da vida social, ênfase no trabalho enquanto processo de transformação da natureza e mediação das relações sociais. (...) Os pontos de partida do marxismo são a dialética de Hegel, a filosofia materialista dos socialistas utópicos e as teorias econômicas dos ingleses Adam Smith e David Ricardo. Mais do que uma filosofia, o marxismo é a crítica radical da filosofia, principalmente do sistema filosófico idealista de Hegel. Enquanto, para Hegel, a realidade se faz filosofia, para Marx a filosofia precisa incidir sobre a realidade. O núcleo do pensamento de Marx é sua interpretação do homem, que começa com a necessidade humana. A história se inicia com o próprio homem que, na busca da satisfação de necessidades, relaciona-se com a natureza. Para Marx, a linguagem é a mediação entre o indivíduo e a natureza e a maneira como as imagens caóticas são operadas e internalizadas, a partir do processo de significação social, é parte da integração humana. (Silva; Silva, 2014, p. 47-48).

Para melhor mobilização de categorias provenientes do Materialismo Histórico Dialético, é fundamental que nos atentemos às contribuições para a historiografia de Pierre Vilar. Apesar de

⁸ Porém, devido às limitações deste trabalho, não adentraremos em um debate mais aprofundado sobre essa categoria e suas diferentes apreensões na historiografia e no pensamento marxista. Mas, reforçamos o cuidado para que não se suponha que trabalhamos com esquematizações simplistas e monolíticas. A finalidade das definições mais objetivas sobre categorias complexas é a de facilitar a compreensão, sobretudo para os que ainda estejam se iniciando nos estudos sobre o pensamento marxista e marxiano.

não ser um especialista em antiguidade, suas formulações nos permitem alcançar graus fundamentais de aprimoramento metodológico. Um primeiro fator determinante compreende a apropriação do conceito de “totalidade”⁹:

(...) a constante *interação* entre *todos* os factores que determinam o funcionamento das sociedades e as suas transformações lentas ou brutais, factores que não são *apenas* de ordem económica, mas também não podem ser somente de ordem demográfica, ou climática, ou biológica, ou política, ou psicológica. A história *parte* da *observação* de *todos* os factores, não apenas dos factores clássicos prováveis ou evidentes, como ainda dos *possíveis* muitas vezes ocultos, que devem dar lugar a hipóteses de trabalho, mesmo que estas hipóteses estejam destinadas a serem invalidadas no decurso da investigação ou nas conclusões desta. (Vilar, 1982, p. 9).

A totalidade é por definição interacional, e, tal qual Vilar, também Antonio Carlos Mazzeo procurou reforçar esse carácter precípuo:

Portanto, a totalidade não pode ser tomada como “síntese” autônoma das relações que o real engendra. Deve ser remontada à dialética das particularidades com o universal, que as abstrações como instrumentos de análise propiciam. Percorrendo esse caminho, estamos destruindo o que Kosik classifica como pseudoconcreticidade, isto é, desmistificando as categorias que a universalidade concretiza nos complexos particulares. Aí está a superação da gnosiologia do materialismo mecanicista. (Mazzeo, 2015, s/p).

Assim, o historiador-econômico não pode entender a realidade material e interpretá-la sem estudar as complexidades das relações sociais através da cultura, da política, dos costumes, das religiões, etc., ou seja, o historiador que se pretende marxista deve negar a departamentalização do conhecimento¹⁰:

(...) a recusa de qualquer separação, de qualquer ‘compartimento estanque’ entre os diversos sectores da história. O que não quer dizer que a investigação possa evitar a análise, nem o ofício a especialização; mas, no entanto, nem o económico poderá ser inteiramente explicado pelo económico, nem o político pelo político, nem o espiritual

⁹ Para György Lukács “é somente nessa relação que se revela a consciência que os homens têm de sua existência, em todas as suas determinações essenciais.” (Lukács, 2003, p. 140).

¹⁰ O que é defendido também por Ciro Cardoso: “(...) a ‘história total’ não consiste na tarefa impossível de ‘dizer tudo sobre tudo’, mas ‘só dizendo aquilo de que o todo depende e aquilo que depende do todo’ — coisa perfeitamente exequível, mas só se se admitir que no social global há níveis mais determinantes do que outros: sem o que ficamos com uma totalidade impossível de gerir pela sua irredutível complexidade.” (Cardoso, 2000, p. 163) (tradução nossa).

pelo espiritual. O *problema*, em qualquer caso concreto, consiste na sua *interacção*. (Vilar, 1982, p. 222).

Vilar, posteriormente, aprofunda a análise do Materialismo Histórico Dialético ao entender a crítica presente no método como uma “crítica sociológica do conhecimento” já que sua fundamentação está no “espaço social” e no “momento histórico”, pois:

Essa crítica marxista dos textos e essa procura de *séries de textos* de significado global para uma classe e para uma época é um exercício completamente diferente e com um alcance inteiramente distinto da simples “crítica interior” do testemunho. É o próprio fundamento de uma ciência histórica de que um dos postulados essenciais deve ser a frase de Marx: *não podemos avaliar uma época pela consciência que ela tem de si própria*. E não podemos sequer avaliarmos nós próprios com base na consciência que *cremos* ter. (Vilar, 1982. p. 163).

Por conseguinte, para o historiador apreender o verdadeiro sentido da História:

(...) só pode ser revelado mediante uma combinação paciente do estudo demográfico, da história das técnicas, da história das ciências, dos ritmos monetários, das contradições e das lutas sociais, dos impulsos intelectuais e materiais que as acompanham e as sublinham, que elas provocam e pelas quais são provocadas. (...) o motor da história — quase por definição — é a construção do próprio homem e do seu espírito, através do seu domínio sobre a natureza, isto é, a produção e o trabalho. Mas a tarefa do historiador é explicar a passagem deste ponto de partida elementar para formas mais complexas das sociedades e civilizações. (Vilar, 1982, p. 192).

O ponto nevrálgico nessa abordagem do pensamento marxista está na fundamentação dialética que este possui para examinar a realidade material. No caso, segundo Caio Prado Júnior, o método dialético se opõe ao convencional pensamento metafísico pelo seu foco nas “relações”:

A Dialética, em oposição a esse método metafísico de abordar e analisar os objetos do pensamento e do conhecimento, considera antes as ‘relações’, o “conjunto” e a “unidade” universal donde decorrem tais relações: é nessa ‘relações’, sejam no espaço, sejam no tempo (quando mais propriamente elas se denominam “processos”), é nelas que a Dialética vai procurar e determinar os “indivíduos” e sua “individualidade” própria (...). (Prado Júnior, 1955, p. 10).

Nessa concepção historiográfica, essas relações (sociais) — ou processos — não são limitadas por “eventuais e sempre arbitrários cortes neles praticados que dão apenas a posição e o ‘estado’ deles num certo e determinado instante, e que por isso não oferecem senão uma visão parcial e deformada da Realidade (...)” (Prado Júnior, 1955, p. 12–13). Na origem dessa interpretação da realidade material está a ideia de “continuidades e rupturas” que apresentamos anteriormente em Marx¹¹. Pois, distingue-se esse método daquele que entende o Universo “como um aglomerado de ‘coisas’ ou ‘identidades’ distintas, embora ligadas e relacionadas entre si, detentoras cada qual de uma ‘individualidade’ própria e exclusiva que independe das demais ‘coisas’ ou ‘entidades’ (...)” (Prado Júnior, 1955, p. 9 - 10), em prol de uma análise de ‘consequência’ e ‘transformação’, ao que Prado Júnior define como uma ‘circularidade’ (Prado Júnior, 1955, p. 12). Entendemos que essa formulação está em harmonia com as recentes novas metanarrativas de Vlassopoulos, e é a partir dessa compreensão que:

O materialista histórico só se aproxima de um objeto histórico quando o confronta enquanto mônada. Nessa estrutura, ele reconhece o sinal (...) de uma oportunidade revolucionária de lutar por um passado oprimido. Ele aproveita essa oportunidade para extrair uma época determinada do curso homogêneo da história; do mesmo modo, ele extrai da época uma vida determinada e, da obra composta durante essa vida, uma obra determinada. Seu método resulta em que na obra o conjunto da obra, no conjunto da obra a época e na época a totalidade do processo histórico são preservados e transcendidos. (...). (Benjamin, 1987, p. 231).

A consequência dessa apropriação do pensamento marxista está representada naquilo que entendemos ser um dos grandes diferenciais — e vantagens — da função da História para os marxistas, no caso, sua atuação militante. No caso, o fazer histórico para o marxista, seu ofício profissional, também é atuação política. Não por limitar a capacidade de análise às formulações políticas, mas por entender que o ofício é, por si só, um componente político. A ciência, assim, é política¹². Portanto:

¹¹ E que também vai ser adaptada à historiografia — a partir de outras formas de interpretação da realidade material — mas, com influência do pensamento marxista, como feito por Fernand Braudel (Braudel, 1978, p. 52). Todavia, apesar de possuir influência do pensamento marxista, para Nicholas Purcell e Peregrine Horden, o pensamento *Annalista*, particularmente em Braudel, se aproxima mais de uma espécie de marxismo desnaturado e uma história estática (Horden; Purcell, 2000, p. 39).

¹² Negamos o primado liberal de Max Weber que pretende separar o pesquisador e a Academia da política, quase por reproduzir uma ideia de que a ciência seria a-política (Weber, 2013, p. 38).

(...) o marxismo estabelece um laço (e é, sem dúvida, simultaneamente seu direito e dever) entre a atitude militante e uma actividade global na qual se insere naturalmente a sua actividade profissional. (...) É raro que o historiador erudito, o historiador por vocação, possa conciliar o seu trabalho quotidiano com uma acção militante. (...) o marxista encontra-se numa posição privilegiada, no sentido de que pode prestar serviço à marcha da humanidade na medida em que pensa correctamente a história, e o movimento em frente da humanidade — até mesmo nas suas complexidades e nas suas regressões, atrasos e dificuldades — é para ele uma constante lição de história. Não pode haver contradição entre a atitude científica e o empenhamento, precisamente porque o empenhamento consiste na atitude científica. (Vilar, 1982, p. 193).

Em outra medida, o historiador Geoffrey Ernest Maurice de Ste. Croix procurou formular essa metodologia e aplicá-la à Antiguidade. Em primeiro lugar, De Ste. Croix faz uma crítica àqueles historiadores que não procuram deixar transparecer suas vinculações teóricas, preceitos e metodologias. Para De Ste. Croix, negar — ou simplesmente não pensar sobre — suas inclinações ideológicas (teóricas) significa somente aderir acriticamente à ideologia dominante (De Ste. Croix, 1981, p. 34).

Portanto, segundo De Ste. Croix, as relações sociais ao longo da história são pautadas por um importante e fundamental fator: a luta de classes (De Ste. Croix, 1981, p. 35–36)¹³. Por consequência, ele procura definir o que seria esse conceito de luta de classes: “(...) sobre 'a luta de classes' no mundo antigo, nunca estou pensando em uma luta somente no plano político, e às vezes minha 'luta de classes' pode não ter praticamente nenhum aspecto político.” (De Ste. Croix, 1981, p. 35–36) (tradução nossa). Sendo que, para De Ste. Croix, a gênese da relação entre classes é a exploração de uma pela outra (De Ste. Croix, 1984, p. 99).

Em um esforço de atualizar esse debate, Peter Rose constatou que:

Sempre que uma classe monopoliza substancialmente os meios de produção — no caso grego, as terras agrícolas — para seu próprio benefício ou explora o trabalho produtivo de outra classe a fim de arrogar-se o controle do excedente socialmente criado, resulta-se na luta de classes. A exploração direta e forçada do trabalho escravo é óbvia,

¹³ Aqui nossa percepção difere. Concordamos que existe uma constante ao longo das relações sociais em diferentes formações sociais, e essa constante, para nós, é a exploração do homem pelo homem. Procuramos o cuidado de não chamar essa constante objetivamente de “luta de classes”, justamente para evitar quaisquer generalizações equivocadas do conceito de “luta política”, ainda que esse elemento possa estar presente em diversas formações sociais ao longo da História da Humanidade.

assim como o uso de mão de obra contratada ou do trabalho daqueles presos à servidão por dívidas. (Rose, 2012, p. 37-38) (tradução nossa).

Todavia, ao retomarmos a noção de “classe” para De Ste. Croix, este acaba por concordar, em parte, com a ideia defendida por Ciro Cardoso da mobilização desse conceito para se pensar as relações sociais na Antiguidade (De Ste. Croix, 1981, p. 43–44). O ponto central seria o de se entender a diferença da ideia de “classe em si” e “classe para si” (Cardoso; Brignolli, 1976, p. 85–88). Sendo que, nas formações sociais pré-capitalistas, somente os grupos sociais dominantes teriam desenvolvido “coesão, solidariedade de interesses e o grau de consciência que fizessem delas classes plenamente constituídas (isto é, com um tipo específico de consciência que lhes permitisse organizar o conjunto da sociedade de acordo com seus interesses próprios) (...)” (Cardoso; Araújo, 2006, p. 92), constituindo-se, portanto, como “classes para si”. Por outro lado, os grupos sociais subalternos teriam se restringido à noção de “classe em si”, já que: “não tinham condições objetivas para desenvolver tais características (...)” (Cardoso; Araújo, 2006, p. 92).

Nosso ponto de convergência com o britânico reside no fato de que, para nós, uma das continuidades presentes ao longo da História das relações humanas é a relação de exploração do homem pelo homem. Em síntese, constatamos que o homem, enquanto ser social — ao longo da história — se organiza em grupos sociais¹⁴ — ou classes — e que esses grupos tendem a ser subdivididos em grupos “dominantes” e grupos “subalternos” (CC, 13, § 17, p. 40). Estes grupos podem, ou não, entrar em um conflito que se transforme em “luta política”, mas isso não é por norma. Fundamentalmente, relações de desigualdade se apresentam nas mais diversas formações sociais, mas estas só se estabelecem e se perpetuam por meio da conformação da coerção e de uma “coesão social”¹⁵.

A partir disso, nossa mobilização do conceito de “dominação” corresponde a uma interpretação da formulação de Antonio Gramsci sobre o mesmo (CC, 13, § 17, p. 42).

¹⁴ Alguns grupos passam a ter uma “consciência” de sua função social e atuam para perpetuar seus interesses, o que permite ao pesquisador avaliar o “grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais. (...) um segundo momento é aquele em que se atinge a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico.” (CC, 13, § 17, p. 41–42).

¹⁵ Yavetz ao analisar o comportamento das *plebes* argumenta que suas demandas seriam eminentemente econômicas, uma forma que as elites tinham para construir essa “coesão” seria por meio de se procurar atender essas demandas (Yavetz, 1969, p. 98–99).

Dominação, em síntese, representa a união de dois elementos em torno da manutenção das relações de exploração em determinada formação social: o uso da coerção e o fortalecimento da ideologia dominante. Um grupo social se tornaria “dominante” quando fosse capaz de não somente recorrer à força (violência), mas legitimar seu uso por meio de “organismos coesivos” da formação social analisada¹⁶. Ou seja, não julgamos possível que uma formação social possa se manter “harmoniosa” sobre uma direção de completa e absoluta violência, seria necessário haver uma articulação entre o uso da coerção e a multiplicidade de categorias que compõem as formações sociais em prol da construção de uma “coesão” que legitimasse a dominação exercida pelo grupo social dominante.

Neste particular entraria a função da chamada “ideologia dominante” sendo que, para nós, “ideologia” é um sistema de crenças, costumes e conformações de uma classe ou grupo. Ou seja, estamos em concordância com a definição defendida por Raymond Williams, sendo esta uma interpretação de formulações de Antonio Gramsci (Williams, 1977, p. 55). Para Gramsci:

(...) coloca-se o problema fundamental de toda concepção do mundo, de toda filosofia que se transformou em um movimento cultural, em uma ‘religião’, em uma ‘fé’, ou seja, que produziu uma atividade prática e uma vontade nas quais ela esteja contida como ‘premissa’ teórica implícita (uma ‘ideologia’, pode-se dizer, desde que se dê ao termo ‘ideologia’ o significado mais alto de uma concepção do mundo...) (...) isto é, o problema de conservar a unidade ideológica em todo o bloco social que está cimentado e unificado justamente por aquela determinada ideologia. (CC, 11, § 12, p. 99).

Parte do nosso esforço em procurar reconstruir um arquétipo da “mentalidade” constituída pelos grupos sociais dominantes de nosso recorte, segue em acordo com o que Williams chamou de “relações intrínsecas entre os processos fundamentais de significado social, consciência prática e aos conceitos, pensamentos e ideias que são produtos destas” (Williams, 1977, p. 70).

Portanto, a ideia de dominação é eminentemente dialética, nenhum “organismo coesivo” para nós deve ser desvinculado de elementos coercitivos empregados pelos grupos sociais

¹⁶ Para nós, estes organismos seriam práticas dos grupos sociais dominantes para consolidação de sua posição nas formações sociais antigas, o que não significa que seriam — necessariamente — institucionalizadas, mas que estariam comumente difundidas nas relações sociais estabelecidas na época.

dominantes. Se por um lado se empregava o *senatus consultum ultimum* para conceder o monopólio do uso da força em tempos de crise e instabilidade — para uso coercitivo — também se faziam presentes “organismos coesivos” que seriam vinculados, por exemplo, às relações financeiras, às religiões (Scheid, 2016, p. 76), aos jogos públicos (Veyne, 1990, p. 208–210), ao auxílio aos mais pobres — como o *alimenta* (Duncan-Jones, 1998, p. 13) — e demais práticas que apelavam ao subjetivo das relações sociais, oriundas da cultura, economia, política, religião e moralidade.

Por fim, julgamos relevante apresentar a contribuição de um grupo de pesquisadores que, recentemente, promoveram um processo importante de renovação das discussões da mobilização de categorias gramscianas para pensar as relações sociais na Antiguidade. Em 2018, foi organizado em Londres um novo grupo de estudos denominado *Gramsci Research Network* (GRN). A proposta dos componentes desse grupo, que envolve pesquisadores de diversos países de regiões centrais e periféricas do capitalismo, compreende a discussão dos usos de conceitos de Antonio Gramsci para se pensar a História Antiga. A partir das discussões desses pesquisadores foi organizado um livro intitulado *Antonio Gramsci and the Ancient World*.

Todavia, dentre as discussões presentes na obra em questão, a prioridade das formulações está relacionada ao recorte da Roma republicana — com alguns trabalhos sobre Grécia e cultura etrusca. Julgamos importante fazer menção a algumas discussões desta obra sobre a mobilização do conceito gramsciano de hegemonia para o mundo antigo. Seria possível entender que havia na Roma Antiga a construção de um processo de “hegemonia” dos grupos sociais dominantes? Para Emílio Zucchetti isso não é possível segundo as definições de Gramsci, já que este havia pensado o conceito de “hegemonia” para explicar o processo de dominação em um Estado-Nação capitalista (Zucchetti, 2021, p. 354). Assim, Zucchetti sugere um novo horizonte de trabalhos ao adaptar a noção de “hegemonia” gramsciana em um viés pós-marxista, a partir de Chantal Mouffe e Ernesto Laclau:

“Hegemonia”, de acordo com Laclau e Mouffe, é uma articulação construída no campo do discurso. Em outras palavras, eles moveram o conceito de Gramsci para uma estrutura moldada pela interpretação de Foucault do poder, o qual é difuso, em vez de concentrado. (...) Para Laclau e Mouffe, o objetivo de qualquer discurso é separar “elementos” em “momentos”, o que significa transformar objetos separados uns dos outros em uma série de objetos inter-relacionados. O discurso é, portanto, a articulação de uma série de significantes em torno de um significante central. Os “momentos” têm

seu significado temporariamente fixado em uma articulação relativamente estável, que é a hegemonia. (Zucchetti, 2021, p. 355) (tradução nossa).

Seguindo esta definição, há uma ideia, por exemplo, de que a “revolução” Augusta teria sido um processo de transição entre duas hegemonias, o que é sugerido por Christopher Smith (Smith, 2021, p. 223 - 234) e Jeremy Paterson (Paterson, 2023, p. 259). Para Paterson “(...) no primeiro século AEC que uma nova narrativa hegemônica justificando a autocracia como solução surgiu com Augusto.” (Paterson, 2023, p. 259) (tradução nossa). Nessa forma de aplicação do conceito de “hegemonia” haveria um processo de tensionamento periódico entre os grupos sociais dominantes e os grupos subalternos, segundo Zucchetti:

O grupo que ocupa a posição de sujeito visa estender sua agenda particular como constitutiva do bem comum, de um interesse geral. O grupo assujeitado está em conflito aberto com o grupo no poder (o centro do sistema) e visa organizar uma oposição a instituições ou governantes por meio do apoio de outros grupos com outras demandas não atendidas: no exemplo de Augusto, esses seriam os veteranos, os italianos ou a plebe urbana. (Zucchetti, 2021, p. 356) (tradução nossa).

Portanto, a conformação da “hegemonia” para Laclau e Mouffe, demonstraria que os interesses de um determinado grupo social se transformariam em sujeito¹⁷ atuante sobre o resto da formação social. A partir dessa ação, se universalizaria a vontade veiculada pelo grupo social dominante (Zucchetti, 2021, p. 356).

Assim, “hegemonia”, assim mobilizada, se tornaria uma forma de se investigar diferentes formações sociais sem limitar o escopo de análise a um único fator. Isso permitiria ao historiador investigar elementos diferentes e contraditórios que compõem interesses e demandas nos múltiplos eventos históricos (Zucchetti, 2021, p. 357).

Estas contribuições da historiografia italiana poderiam potencializar as formas de apropriação dos conceitos que procuramos apresentar ao longo dessa seção. Apesar de julgarmos

¹⁷ Portanto, as relações sociais precederam esses interesses e demandas: “Os sujeitos não podem, portanto, ser a origem das relações sociais - nem mesmo no sentido limitado de serem dotados de poderes que tornam uma experiência possível — pois toda 'experiência' depende de condições discursivas precisas de possibilidade.” (Laclau; Mouffe, 2001, p. 115) (tradução nossa).

ser necessário um maior aprofundamento no médio prazo para procurarmos fazer considerações mais assertivas, entendemos benéfica à tentativa de se promover mais uma alternativa para o debate, que possa ser mais explorado pela historiografia no futuro.

Novas possibilidades: aplicação de categorias e pensamento marxistas para examinar o funcionamento das finanças no Mediterrâneo Antigo (séc. I AEC)

O sentido lógico organizacional da “dominação” exercida pelos romanos se deveu ao fato dos grupos sociais da elite de Roma serem conscientes do seu papel naquela contradição social. Em nossas considerações sobre aquela rede de relações de meados do século I AEC no Mediterrâneo Antigo, é importante observar que, nós entendemos que já havia se constituído uma elite mediterrânica. Ou seja, o grupo social dominante seria composto pelas frações das elites dominantes em Roma, as Ordens Senatorial e Equestre, assim como as elites dos povos aliados de Roma, os quais foram conquistados, mas que possuíam autonomia relativa para operar sem anexação direta. Por outro lado, os grupos sociais dominados compunham tanto os segmentos subalternizados dos povos amigos e aliados de Roma¹⁸ quanto o escravizados, livres, libertos, mulheres e crianças.

Também é relevante se considerar que essa relação de subalternização não concedia agência unilateral às Ordens da elite. Na realidade, era uma complexa junção de diferentes interesses que todas as partes possuíam, a dominação, nesses termos, também era uma relação de troca. Porém, não podemos incorrer no equívoco de supor que a relação era voluntária e construída exclusivamente para benefícios mútuos, uma vez que era estabelecida e mantida pela junção de elementos coesivos e coercivos, estes sendo condicionados pelo grupo social que dirigia a formação social.

Ao formular a ideologia dominante que legitimaria esse papel, Cícero argumentou que os romanos eram “destinados” a comandar, o que legitimava a conquista e o imperialismo

¹⁸ Em outro trabalho, nós procuramos desenvolver a ideia de que essa “rede”, esse “sistema”, que foi construído ao longo de séculos e que, no século I AEC, tinha os grupos sociais dominantes de Roma como potência central, também consistia em membros das elites subordinadas do Mediterrâneo, sobretudo de reinos conquistados e mantidos com autonomia relativa. Nesse caso, haveria uma espécie de “elite mediterrânica”, e não apenas uma elite romana, cf. Cartaxo, 2025a, p. 8; Cartaxo, 2025b, p. 38.

propriamente dito¹⁹ (Lintott, 1972, p. 634). Os “cidadãos romanos”, para Cícero, são sempre aqueles das elites, seu público-alvo nos trabalhos que ele publicou. Portanto, os melhores homens ou homens bons (*optimates*) acabavam por possuir o “dever” — religioso, cultural e social — de dominar e subjugar outros grupos. Para Cícero:

(...) aqueles a qual a Natureza concedeu a capacidade de administrar os assuntos públicos devem deixar de lado todas as hesitações, entrar na corrida eleitoral para ofícios públicos, e assumir a responsabilidade de direcionar a administração, para que a grandeza do espírito seja manifesta. Estadistas, também, não menos que filósofos — talvez até mais — devem carregar com eles a grandeza de espírito e a indiferença às circunstâncias a ele externas (...). (Cic. *De Off.* I, 22. 72) (tradução nossa).

Ao justificar a ordem social que prevê a dominação de um grupo de elite sobre grupos subalternos, Cícero argumenta que:

(...) em uma cidade governada por seus melhores homens, os cidadãos devem necessariamente desfrutar da maior felicidade, estando livres de todos os cuidados e preocupações, uma vez que tenham confiado a preservação de sua tranquilidade a outros, cujo dever é guardá-la diligentemente e nunca permitir que o povo pense que seus interesses estão sendo negligenciados por seus governantes. (Cic. *Re. Pub.* I. 34. 51–53) (tradução nossa).

Por consequência, a forma com que os romanos utilizavam as finanças para perpetuar sua dominação no Mediterrâneo Antigo se torna patente ao examinarmos o caso de Cícero quando este assumiu seu comando na Cilícia. Ao assumir seu posto de governador, diversos solicitantes vieram recebê-lo para que apresentassem seus descontentamentos com a ordem das coisas. Uma comitiva da cidade de Salamina, no Chipre, apresentou a Cícero um cenário caótico entre estes e dois credores chamados Scaptio e Matínio, após a elite local tomar empréstimos junto a estes (Wilkinson, 1959, p. 85).

¹⁹ Ernst Badian afirmou corretamente que a aristocracia romana sempre esteve consciente do seu destino (Badian, 1968, p. 12). E é justamente a ideia do grupo social dominante ter consciência de si e de sua função social — tanto na cena ampla do Mediterrâneo Antigo quanto na administração imperial dos territórios romanos — que dá um sentido mais complexo às relações sociais entre estes e os diferentes povos aliados de Roma.

A violência como prática destes credores, os quais obtiveram a legitimidade do uso da mesma por parte de autoridades públicas, se complexificou com o desenrolar do caso. O governador anterior, Ápio Cláudio, havia permitido que os credores M. Scaptio e P. Matínio realizassem um empréstimo com juros abusivos — e ilegais — e que, com a ajuda do exército romano, empregasse todo tipo de violências contra os endividados. Segundo Cícero:

Veja só o dano que eles fizeram antes que eu chegasse aqui. Eles mantiveram membros do Senado local prisioneiros em seus aposentos por tanto tempo que alguns morreram de fome. Já que Scaptio era prefeito de Ápio, lhe foi concedida alguma cavalaria. (...) Repito, por que me pedir que dê o ofício de prefeito a ele? (...) Por que ele não pode estar satisfeito com uma coorte de infantaria? Ele está começando a viver de maneira perdulária. As lideranças de Salamina insistem, ele declara. É claro; foi por isso que eles vieram a mim com lágrimas nos olhos me informar das atrocidades cometidas por seus homens e de suas próprias misérias. (Cic. *Ad Att.* VI. 2.) (tradução nossa).

É importante constatar que Ápio Cláudio era sogro do credor *de fato*, Caio Júnio Bruto (Craig, 1972, p. 36), e havia concedido a seus intermediários financeiros cargos oficiais — como era sua prerrogativa — para que estes agentes obtivessem legitimidade para empregar o uso da força contra a população local. Reiteradas vezes Cícero informa do estado de desamparo que ele encontrou na província devido ao comando de Ápio, este que fez todo esforço possível para não encontrar pessoalmente Cícero:

(...) Ao tomar conhecimento que eu estava por chegar, nosso amigo Ápio saiu de Laodiceia em direção ao Tarso. Eu não estou ofendido com o fato de que ele manteve corte enquanto eu já estava na província, pois curar as feridas que ele deixou já me dão problemas o suficiente: e eu tento fazer isso de maneira que reflita o mínimo possível nele. Mas, por favor, informe ao nosso amigo Bruto, que o seu sogro não agiu bem em ir para o lugar mais distante possível dada a minha chegada. (Cic. *Ad Att.* V.17.6) (tradução nossa).

Porém, o grau de complexidade do caso não era sabido por Cícero desde o começo, este sequer sabia da ligação dos credores com Bruto inicialmente. Os relatos começam com Cícero narrando o pedido feito pelos devedores para que Cícero interviesse a seu favor junto aos credores, uma vez que estes cobravam do povo de Salamina uma quantidade abusiva de juros: “(...) em meu tradicional edito, eu fixei a taxa de juros a 12% de juros compostos por ano. Mas,

Scaptio exigia 48%, conforme os termos do título da dívida. Declarei que não poderia romper as regras estabelecidas em meu edito.” (Cic. *Ad Att.* V. 21) (tradução nossa).

A sequência dos relatos apresenta os credores Scaptio e Matínio, tendo requisitado de Cícero que concedesse o cargo de *praefectus* a um deles, para perpetuar a legitimidade de suas ações frente aos tribunais romanos. Porém, como Cícero já estava ciente dos abusos cometidos pelos dois agentes, acabou por negar o pedido: “Nosso amigo Ápio deu cavalaria a Scaptio para que pressionasse o povo de Salamina, além de lhe conceder o posto de prefeito. Ele estava criando problemas para o povo de Salamina. Dei ordens para que sua cavalaria deixasse a ilha.” (Cic. *Ad Att.* V. 21) (tradução nossa). Esta negativa foi acompanhada de uma carta de Bruto, em que este se apresentou como o credor *de fato* das dívidas contraídas em Salamina e que os agentes que lá atuavam eram intermediários financeiros em operação a mando dele (Wilkinson, 1959, p. 86).

A taxa de juros abusiva foi realizada com uma justificativa legal apresentada por Scaptio a Cícero em um de seus encontros. O decreto senatorial aprovado durante o consulado de Lêntulo e Filipo exigia que o governador da Cilícia julgasse qualquer disputa relacionada a um contrato de empréstimo firmado segundo a taxa de juros firmada no contrato (Badian, 1968, p. 84–85):

Mas ele apresentou um decreto do Senado, feito durante o consulado de Lêntulo e Filipo, ordenando que o governador da Cilícia deveria estabelecer um julgamento conforme o título da dívida. Inicialmente fiquei horrorizado, pois isso arruinaria a comunidade. E descobri que havia dois decretos do Senado feitos no mesmo ano sobre esta mesma dívida. (Cic. *Ad Att.* V. 21) (tradução nossa).

Isso entrava objetivamente em conflito com a determinação legal dos 12% de juros, como observou Cícero: “um decreto do Senado foi aprovado (...) sobre a questão dos credores, que estabeleceu que 12% de juros simples devam ser a taxa adotada”. (Cic. *Ad Att.* V. 21) (tradução nossa). O caso é que o povo de Salamina havia tomado um empréstimo com juros abusivos por vigorar, na época, uma lei (*lex Gabinia*, segundo Cícero), que proibia o empréstimo de dinheiro a juros para provincianos (Erdemir, 2009, p. 149–150). Em vista desta proibição, Bruto ofereceu

prestar o serviço ao povo de Salamina caso estes aceitassem uma taxa de juros ilegal, o que, supostamente, justificaria o risco da transação. Porém, ao mesmo tempo, coordenou no Senado o entendimento que esta transação deveria ser isenta da *lex Gabinia*, tornando-a legal:

Quando o povo de Salamina quis fazer um empréstimo local para quitar outra dívida, eles foram impedidos por uma lei de Gabínio, a qual proibia o empréstimo a provincianos. Depois disso, estes íntimos de Bruto [Scaptio e Matínio], necessitados de seu apoio, demonstraram o interesse de realizar o empréstimo a 48%, caso estivessem protegidos pelo Senado. Bruto induziu o Senado a redigir um decreto que estabeleceu que a transação entre o povo de Salamina e os credores deveria ser isenta das provisões da lei. Eles emprestaram o dinheiro. Futuramente, entrou na cabeça dos credores que o decreto era fútil, já que a lei de Gabínio proibia quaisquer processos legais relacionados a este título de dívida. Assim, o Senado aprovou um decreto que estabeleceu que o título da dívida era legal, dando a esta a mesma validade que outras e nada mais. (Cic. *Ad Att.* V. 21) (tradução nossa).

Finalmente, os devedores realizaram o levantamento do montante de 106 talentos — distintos dos 200 exigidos pelos credores — que deveriam ser pagos a Scaptio e Matínio mediante os juros impostos por Cícero (Badian, 1968, p. 85–86). Porém, para os credores, o cálculo estava errado:

Ele me disse que não tinha objeção ao meu julgamento; mas que o povo de Salamina acreditava dever a ele algo próximo de 200 talentos. Ele me disse querer obter esta soma, mas que ele sabia deverem bem menos do que isso. Ele me implorou que os induzisse a fixar o pagamento neste valor. “Muito bem”, eu disse. Dispensei Scaptio e convoquei o povo de Salamina, perguntei a eles o valor da dívida. Eles responderam ser algo em torno de 106 talentos. Consultei o Scaptio mais uma vez. Ele protestou energicamente. (Cic. *Ad Att.* V. 21) (tradução nossa).

Os agentes de Bruto, acabaram por requisitar que Cícero simplesmente não aceitasse o pagamento e permitisse que o assunto fosse resolvido posteriormente pelo seu sucessor (Craig, 1972, p. 40). Apesar de achar o pedido impudente, Cícero acabou por aceitar ao impedir que o povo de Salamina depositasse o dinheiro, deixando-os suscetíveis ao que viesse no futuro:

(...) O povo de Salamina desejava depositar a soma em um templo; mas implorei que eles não o fizessem. Eles atenderam ao meu pedido, mas o que irá acontecer a eles se o cunhado de Bruto, Paulo, vier para cá? Eu permiti que Bruto tivesse todo esse privilégio e ele escreveu cartas muito gentis para você sobre mim; mas, para mim, mesmo quando ele pede um favor, ele escreve em um tom arrogante, audacioso e incivilizado. (Cic. *Ad Att.* VI. 1) (tradução nossa).

Assim, ao examinar o funcionamento daquela ordem social, constatamos que a contradição, a qual é a relação entre grupos dominantes e dominados naquela formação social, possuía uma série de implicações, coordenadas por diferentes conceitos, que perpetuavam, conjuntamente, a dominação de um grupo sobre outros. Como observou Hatice Erdemir:

A pressão exercida pela elite romana sobre os governadores provinciais, em particular no que diz respeito a problemas de dívida, não deve ser subestimada. De um lado, havia Bruto, que era um senador romano influente e assertivo, do outro, o povo da província que parecia incapaz de pagar a dívida. (...) fica claro nas cartas de Cícero que Ático era esperado pelo Senado para influenciar Cícero a favorecer Bruto. (Erdemir, 2009, p. 150–151) (tradução nossa).

Assim, as relações financeiras são somente uma das formas com as quais os romanos construíram este sistema. A complexidade do nosso tema está em entender a função que vincula coerção com coesão social, sendo que a operacionalização das finanças envolviam estes dois elementos, assim como outras relações sociais costumeiras no período. Portanto, é a totalidade em sua plenitude e complexidade que nos permite examinar diferentes conceitos sociais integradamente. Essa percepção, em História, nos potencializa a ir além do que é somente “aparente” na análise de documentos, como os tratados e epístolas de Cícero.

Por fim, entendemos que a aplicação das categorias provenientes do pensamento marxista possibilitam uma análise aprimorada do funcionamento da ordem social vigente no período e das interações entre os distintos grupos sociais existentes. Ou seja, ao partir dessa linha de pensamento para compreender as relações sociais na materialidade, nos foi possível demonstrar as diferentes formas com que as elites romanas se mantinham dominantes no Mediterrâneo Antigo, o que entendemos justificar a utilidade do pensamento marxista para escrever uma história econômica e financeira da República Romana e suas contradições sociais.

Referências Bibliográficas

FONTES

CÍCERO, Marcus Tullius. *De Officiis*. Cambridge: Loeb Classical, 1913.

CÍCERO, Marcus Tullius. *De Re Publica, De Legibus*. Cambridge: Loeb Classical, 1970.

CÍCERO, Marcus Tullius. *Letters to Atticus*. 3 vols. Cambridge: Loeb Classical, 1912.

BIBLIOGRAFIA

ALLEN, Danielle., CHRISTENSEN, Paul. MILLETT, Paul. (Eds). *How to do things with History: New Approaches to Ancient Greece*. Oxford: Oxford University. Press, 2018.

ANDREAU, Jean. *The Economy of the Roman World*. Ann Arbor: Michigan Classical Press, 2015.

BADIAN, Ernst. *Roman Imperialism in the Late Republic*. Oxford: Basil Blackwell, 1968.

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas*. Vol. 1: Magia e Técnica, Arte e Política. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas*. Vol. 1: Magia e Técnica, Arte e Política. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 222–234.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos Sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. *Introducción al Trabajo de la Investigación Histórica: Conocimiento, método y historia*. Barcelona: Crítica, 2000.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana.; Araújo, Sônia Regina Rebel. A Sociedade Romana no Alto Império. In: Silva, G. V.; Mendes, N. M. (Orgs.). *Repensando o Império Romano: Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana.; Brignolli, Hector Perez. *El Concepto de Clases Sociales: Bases para una discusión. Avances de Investigación*, n. 8, San Pedro de Montes de Oca, p. 1 - 136, 1976.

CARTAXO, Ian. A relação das elites romanas com Ariobarzanes III e Ptolomeu XII: O endividamento na construção da dominação romana no Mediterrâneo Antigo. *Temporalidades*, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 1 - 22, 2025a.

CARTAXO, Ian. Dívidas, reformas e contradições na administração provincial durante o final da República: considerações sobre os comandos na província romana da Cilícia de Ápio Cláudio

Pulcro (53 - 51 AEC) e Cícero (51 - 50 AEC). *Revista Ágora*, Vitória, v. 36, p. e-20253620, 2025b.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci um estudo do seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

CRAIG, Malcolm. *Cicero's Proconsulship in Cilicia 51 - 50 BC. Essays in History*, Charlottesville, n. 16, p. 36 - 46, 1972.

DE STE. CROIX. Geoffrey Ernest Maurice. Class in Marx's Conception of History, Ancient and Modern. *New Left Review*, Londres, p. 94 - 111, p. 1984.

DE STE. CROIX. Geoffrey Ernest Maurice. *The Class Struggle in the Ancient Greek World. From the Archaic Age to the Arab Conquest*. Nova Iorque: Cornell University Press, 1981.

DUNCAN-JONES, Richard. *Money and Government in the Roman Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. São Paulo: Boitempo, 2010.

ERDEMIR, Hatice Palaz. *Economic Management of Cilicia in the time of Cicero*. Olba, Mersin, XVII, p. 141 - 156, 2009.

FERRO, Marc. *The Use and Abuse of History: Or How the Past is Taught to Children*. Londres & Nova Iorque: Routledge, 2003.

GIARDINA, Andrea. *Marxism and Historiography: Perspectives on Roman History*. In: Wickham, C. *Marxist History-writing for the twenty first century*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

GODELIER, Maurice. *Rationality and Irrationality in Economics*. Londres: New Left Books, 1972.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere v.1*. Edição Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos de Cárcere v. 3*. Edição Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HORDEN, Peregrine; PURCELL, Nicholas. *The Corrupting Sea: A Study of Mediterranean History*. Oxford: Blackwell, 2000.

KNUST, José Ernesto Moura. Economia Antiga “Racionalidade Limitada”: Uma Crítica ao Uso de Modelos Neomodernistas. *Revista Cantareira*, n. 25, p. 214 – 229, 2016.

KNUST, José Ernesto Moura. Um passado romano para um presente capitalista: A Economia Romana em dois séculos de História Econômica. *História e Luta de Classes*, Cascavel, v.14, p. 18 – 22, 2012.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemony and Socialist Strategy Towards a Radical Democratic Politics*. Londres/Nova Iorque, 2001.

LINTOTT, Andrew. *Imperial Expansion and Moral Decline in the Roman Republic*. *Historia*, Stuttgart, Bd 21, H. 4, p. 626 - 638, quarto trimestre de 1972.

LUKÁCS, György. *História e Consciência de Classe: Estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUKÁCS, György. *Para a ontologia do ser social*. V. 2. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. *Contribuições à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Boitempo, 2008.

MAZZEO, Antonio Carlos. Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa. São Paulo: Boitempo, 2015.

PACÍFICO, Marsiel. Materialismo histórico-dialético: gênese e sentidos do método. *Argumentos*, Fortaleza, ano 11, n. 12, p. 220 - 231, jan/jun, 2019.

PATERSON, Jeremy. *Hegemony in the Roman Principate: Perceptions of power in Gramsci, Tacitus and Luke*. In: ZUCCHETTI, Emilio; CIMINO, Anna Maria (Org.). *Antonio Gramsci and the Ancient World*. Nova Iorque: Routledge, 2021, p. 255 - 272.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Dialética do Conhecimento*. Tomo I. São Paulo: Editora Brasiliense, 1955.

ROSE, Peter Wires. *Class in Archaic Greece*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

SAVIANI, Dermeval. Debate sobre as relações entre educação, formação humana e ontologia a partir do método dialético. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 31, n. 1, p. 185–209, jan./abr., 2013.

SCHEID, John. *The Gods, The State and the Individual: Reflection on Civic Religion in Rome*. Filadélfia: University of Philadelphia Press, 2016.

SCHIAVONE, Aldo. *Uma História Rompida: Roma Antiga e Ocidente Moderno*. Tradução, Fábio Duarte Joly; revisão técnica, Norberto Luiz Guarinello. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SILVA, Mara Cristine Vitorino da; SILVA, João Carlos da. O materialismo histórico-dialético como método de análise: uma via possível para entender a história das mulheres e da mulher na história?. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, v. 14, n. 59, p. 37–52, 2014.

SMITH, Christopher. *Gramsci and the Roman Cultural Revolution*. In: ZUCCHETTI, Emilio; CIMINO, Anna Maria. *Antonio Gramsci and the Ancient World* (Orgs.). Nova Iorque: Routledge, 2021, p. 222 - 238.

TOPOLSKI, Jerzy. *Theory and Methodology of Historical Knowledge*. Poznań: *Faculty of History Press*, 2022.

VEYNE, Paul. *Bread and Circuses: Historical Sociology and Political Pluralism*. Londres: *Penguin Books*, 1990.

VILAR, Pierre. *Desenvolvimento Económico e Análise Histórica*. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

VLASSOPOULOS, Kostas. *Marxism and Ancient History*. In: ALLEN, Danielle; CHRISTESEN, Paul; MILLETT, Paul. (Eds). *How to do things with History: New Approaches to Ancient Greece*. Oxford: *Oxford University Press*, 2018, p. 209 - 235.

WEBER, Max. *Ciência e Política: Duas Vocações*. São Paulo: Cultrix, 2013.

WICKHAM, Chris. *Marxist History-writing for the twenty first century*. Oxford: *Oxford University Press*, 2008.

WILKINSON, James. *Cicero 's Governorship of Cilicia*. 1959. 119 f. Tese (Mestrado em Artes) — *Faculty of Arts, University of Birmingham*, Birmingham, 1959.

WILLIAMS, Raymond. *Marxism and Literature*. Oxford: *Oxford University Press*, 1977.

YAVETZ, Zvi. *Plebs and Princeps*. Oxford: *Clarendon Press*, 1969.

ZUCCHETTI, Emilio; CIMINO, Anna Maria. *Antonio Gramsci and the Ancient World* (Orgs.). Nova Iorque: Routledge, 2021.

ZUCCHETTI, Emilio. *Hegemony, ideology, and ancient history: notes towards the development of an intersectional framework*. In: ZUCCHETTI, Emilio; CIMINO, Anna Maria. *Antonio Gramsci and the Ancient World* (Org.). Nova Iorque: Routledge, 2021, p. 352 - 364.